

---

# ***Chapada do Piauí I Holding S.A.***

***Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2024  
e relatório do auditor independente***

## Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Chapada I" ou "Companhia") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia que abrangem a Chapada I e suas controladas, Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana IX"), Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana X"), Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XI"), Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XII"), Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XIII"), Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XV"), Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XVI"), (conjuntamente referidas como "Grupo"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

### 1. Considerações iniciais

Durante o exercício de 2024, o Grupo manteve um engajamento proativo na promoção de melhorias operacionais e gerenciais, com destaque para as normas e requisitos de saúde, segurança e preservação ambiental, sempre buscando incorporar as melhores práticas do setor. O Centro de Operações, localizado em Natal – RN é responsável pela supervisão remota dos ativos de geração de energia eólica, assim como pelo fornecimento de suporte de engenharia com o intuito de otimizar seus procedimentos, oferecendo apoio contínuo às equipes em campo.

A Receita Líquida do Grupo apresentou um aumento de 1,73% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação ao exercício de 2023.

A administração da Companhia reitera seu compromisso com seus acionistas, clientes, parceiros, comunidades onde atua e demais stakeholders, permanecendo confiante na estabilidade e resiliência dos negócios do Grupo.

A Companhia continua comprometida com a adoção das melhores práticas de governança corporativa e com os valores e princípios do Grupo.

### 2. Ambiente Macroeconômico

A atividade econômica brasileira apresentou resultados positivos em 2024. Esse desempenho foi impulsionado por uma recuperação robusta em diversos setores, refletindo um ambiente econômico mais favorável. O mercado de trabalho também se destacou, alcançando a menor taxa de desemprego da série histórica desde 2012.

Ao mesmo tempo, a inflação medida pelo IPCA ultrapassou o limite superior da margem de tolerância estabelecida pelo governo. Em resposta a esse cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) realizou aumentos sucessivos na taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa Selic, durante todo o ano de 2024, terminando o ano com um último aumento de 12,25% a.a. visando controlar a pressão sobre os preços.

Para 2025, as expectativas do mercado, conforme indicado pelo relatório Focus, projetam um crescimento do PIB em torno de 2%. O tema fiscal continua sendo um desafio preponderante para a economia brasileira. O mercado espera uma política fiscal orientada pela austeridade financeira, com o objetivo de reduzir os gastos públicos e mitigar os riscos associados ao aumento da inflação.

### 3. Ambiente Regulatório

#### 3.1 Expansão da Geração e Evolução da Carga

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) registrou em dezembro uma ampliação de 503 megawatts (MW) na capacidade instalada de geração de energia elétrica no País, avanço que colaborou para um crescimento de 19,8 gigawatts (GW) na matriz elétrica brasileira ao longo de 2024. Assim, o país passa a contar com 246,5 GW de potência instalada.

De acordo com a ANEEL, para o ano de 2024, o destaque foi a evolução da capacidade instalada da Micro e Mini Geração Distribuída (MMGD), que atingiu o patamar de 35,65 GW de potência sendo, 9,02 GW, a capacidade instalada adicionada em 2024.

Dessa forma, temos as usinas hidráulicas como a maior fonte de geração do Brasil (110 GW), seguida pelas usinas térmicas (48 GW) em segundo, e MMGD em terceiro, ficando à frente das usinas eólicas (33 GW) e solares (18 GW).

Com relação às expectativas para o ano de 2025, a ANEEL estima um incremento de 8,3 GW de potência, sendo 3,2 GW de projetos de fonte solar, 2,4 GW movidas as combustível fóssil, 2,1 GW de eólica, 0,33 GW de biomassa e 0,25 GW de hidráulicas.

Quanto ao consumo, em 2024, a carga global do SIN deve totalizar 573.021 GWh, o que corresponde a um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior. Tal comportamento da carga do SIN durante o ano de 2024 foi impactado por fatores relativos à confiança econômica e a eventos meteorológicos.

Sob a ótica econômica, o destaque vai para os índices de confiança da indústria, do setor de construção e do consumo. A evolução favorável e a resiliência do mercado de trabalho e da renda, contribuíram para a manutenção da demanda interna aquecida gerando reflexos positivos nos resultados do Produto Interno Brasileiro (PIB) e, conseqüentemente, sobre o crescimento da carga. O cenário de alta da inflação, iniciado em maio de 2024, com a conseqüente retomada da política monetária contracionista, em setembro, ainda não mostrou seus efeitos sobre o comportamento da carga.

Tal como o comportamento dos indicadores econômicos, os fatores meteorológicos também impactaram o comportamento da carga do SIN ao longo do ano de 2024. O fenômeno do El Niño influenciou o comportamento da carga ao longo do 1º semestre do ano de 2024, com destaque para o 1º trimestre do referido ano, onde pôde ser observada anomalia positiva de temperatura em todas as regiões do país. Entre os meses de abril e maio, foi observada precipitação acima da média, com destaque para a ocorrência de evento extremo no Rio Grande do Sul. Já no segundo semestre, o desempenho da carga foi afetado pela predominância de temperaturas extremas (máximas e mínimas) acima da média histórica nas regiões que compõem os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO) e Sul, acompanhada de precipitação abaixo da média histórica.

Para 2025, as projeções da CCEE, EPE e ONS indicam um crescimento da carga global da ordem de 3,5% relativamente ao ano anterior, ou seja, 2.791 MW médios superior à carga verificada em 2024.

### 3.2 Reservatórios do Setor Elétrico e seus Efeitos sobre o PLD

No primeiro semestre de 2024, o Brasil vivenciou uma situação confortável de geração de energia elétrica no país, principalmente devido às condições climáticas favoráveis para a geração de energia nas usinas hidrelétricas.

No entanto, da segunda metade do ano em diante, a região Sudeste/Centro-Oeste, que é o subsistema que possui aproximadamente 70% da capacidade de armazenamento de água do SIN, apresentou níveis preocupantes de armazenamento, os quais somente se recuperaram em meados do mês de novembro. Dessa forma, os níveis de armazenamento do SIN encerraram 2024 em 53%, 7 p.p abaixo de 2023 (60%).

Isso refletiu em um aumento do custo de geração de energia no país e o *Generation Scaling Factor* (GSF) atingiu 87% em média para 2024, uma redução de 2,2% comparado ao ano anterior. Não apenas a hidrologia afetou negativamente os níveis de GSF, mas também o acionamento de termelétricas, visando preservar os recursos hídricos, uma das medidas utilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar problemas de abastecimento no país, especialmente nos horários de pico de consumo de energia, devido às chuvas abaixo do esperado. Adicionalmente, com o acionamento das usinas térmicas associados aos baixos níveis dos reservatórios contribuíram para uma alta volatilidade do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD), o qual alcançou, em determinados períodos de outubro, 716,80 R\$/MWh, e retornando ao limite mínimo regulatório de 61,07 R\$/MWh.

#### 4 Responsabilidade social

A companhia tem como objetivo produzir energia elétrica a partir da fonte de energia eólica e tem como missão gerar negócios de qualidade em energia renovável com ética, rentabilidade, inovação e sustentabilidade. A companhia em conjunto com Chapada do Piauí Holding II S.A e Chapada do Piauí III Holding S.A. foram o Complexo Eólico Chapada do Piauí. Este empreendimento é constituído por quinze Parques Eólicos (Ventos de Santa Joana IX, Ventos de Santa Joana X, Ventos de Santa Joana XI, Ventos de Santa Joana XII, Ventos de Santa Joana XIII, Ventos de Santa Joana XV, Ventos de Santa Joana XVI, Ventos de Santa Joana I, Ventos de Santa Joana III, Ventos de Santa Joana IV, Ventos de Santa Joana V, Ventos de Santa Joana VII, Ventos de Santo Augusto IV, Ventos de Santo Augusto III e Ventos de Santo Augusto V) localizados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões no Piauí.

A companhia entende que os investimentos sociais criam oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios. A companhia possui uma equipe dedicada para a gestão e cumprimento dos requisitos legais presentes nas suas licenças ambientais emitidas pelo órgão ambiental estadual SEMAR – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí.

O Grupo executa ações socioambientais na região onde estão localizados os seus empreendimentos. Essas ações são executadas através de programas de Educação Ambiental e Comunicação Social, os quais criam um canal contínuo de comunicação e interação entre o empreendedor e as comunidades nas proximidades do Complexo Eólico Chapada do Piauí, de modo a mantê-las informadas das atividades desenvolvidas ao longo de sua operação, podendo dessa forma: sanar as dúvidas; minimizar as expectativas negativas em relação ao empreendimento, assim como maximizar os impactos positivos. Além disso, objetiva criar condições efetivas para a conscientização ambiental da população do entorno do empreendimento na construção de um senso crítico que os leve a compreender a importância e compreensão da importância participativa no processo de melhoria da qualidade de vida individual e coletiva da população local.

No ano de 2024 no âmbito do Programa de Educação foram realizadas visitas as comunidades da Serra do Bom Jardim, Serra de Sebastião Silvestre, Cícero Mundinho, Serra dos Elias, Serra de João Tomaz e Serra do Gesso que ficam próximas ao Complexo Eólico da Chapada do Piauí. Nestas visitas, foram trabalhadas as temáticas de 2024 para o meio ambiente da ONU: “Combate à Desertificação e Restauração da Terra” e a temática “Sustentabilidade: uso dos recursos naturais”, considerando a necessidade de trabalhar a temática dos recursos naturais renováveis e não renováveis no cotidiano. Além disso, foi abordada a problemática da supressão vegetal sem autorização, buscando esclarecer as características do Bioma Caatinga com a maior vulnerabilidade aos processos de desertificação, como seca extrema e erosão. Com a necessidade de sensibilizar a população acerca desse tema, foram selecionadas mudas nativas frutíferas e não frutíferas e realizados os plantios em áreas próximas às comunidades.

O Grupo, em cumprimento às leis e à conformidade legal, executa diversos programas socioambientais, alinhados com as necessidades do meio ambiente de cada região e aprovados pelos órgãos licenciadores. Em 2024, também foram executados os programas ambientais programados para o período, como o Programa de Monitoramento de Fauna, Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social, Programa de Controle e Monitoramento dos Processos Erosivos e Equipamentos de Drenagem, Programa de Sinalização Informativa, Programa de Monitoramento de Ruídos e Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.

## 5 Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e notas explicativas.

### Receita Operacional

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Receita Líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 121.921, o que representa um aumento de 1,73% quando comparado ao exercício de 2023. Esse aumento é decorrente, principalmente, do reajuste do preço da energia do contrato vigente.

Abaixo o quadro com a composição da Receita Líquida.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita Bruta CCEAR	175.362	167.697
Provisão para Ressarcimento	(47.950)	(42.543)
<b>Receita Bruta</b>	<b>127.412</b>	<b>125.154</b>
Receita Bruta Mercado Livre		37
<b>Total Receita Bruta</b>	<b>127.412</b>	<b>125.191</b>
Impostos e Encargos	(5.491)	(5.345)
<b>Receita Líquida</b>	<b>121.921</b>	<b>119.846</b>

### Geração Operacional de Caixa

O EBITDA é uma medida não contábil, calculado a partir da soma do prejuízo do exercício, impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização. O mercado e a Administração utilizam esse indicador de desempenho gerencial para avaliar a performance operacional do Grupo. Abaixo o cálculo do EBITDA do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(42.417)	(25.232)
Depreciação e amortização	34.239	33.292
Resultado financeiro	51.017	48.475
Imposto de renda e contribuição social	4.658	6.394
<b>EBITDA</b>	<b>47.497</b>	<b>62.929</b>

A geração de caixa operacional do Grupo, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 47.497 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que representa uma redução de 24,61% quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Isso se deve, substancialmente, à queda de R\$ 13.272 do lucro bruto Grupo em razão do aumento nos custos operacionais, pois em 2023 a prestação de serviços de operação e manutenção dos parques realizada por um terceiro, tinha um escopo de trabalho limitado em relação as atividades de campo e muitas atividades adicionais necessárias para manter o parque em operação eram realizadas por equipe interna do Grupo. Em 2024, houve uma mudança na gestão e operação das atividades de campo, em linha com as estratégias do novo acionista que adquiriu a controladora do Grupo, nesse sentido, a prestação de serviço de operação e manutenção dos parques passou a ser feita por outro prestador de serviços que assumiu um escopo mais amplo, abrangendo tanto as operações quanto a gestão de suprimentos, impactando assim em aumento dos custos dos serviços prestados.

## Resultado financeiro

O resultado financeiro do Grupo apresentou piora no seu desempenho, saindo de um resultado negativo de R\$ 48.475 em 2023 para R\$ 51.017, também negativos, em 2024. O fator preponderante foi à redução nas receitas financeiras que passaram de R\$ 14.404 em 2023 para R\$ 9.022 em 2024, essa redução está diretamente ligada aos saldos aplicados no exercício de 2024 que tiveram uma redução em razão dos pagamentos de ressarcimentos.

## Resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo apurou um prejuízo de R\$ 42.417 em comparação ao prejuízo de R\$ 25.232 em 31 de dezembro de 2023, esse aumento no prejuízo decorre, substancialmente: (i) do aumento dos custos de operação supracitados; (ii) das receitas financeiras em razão dos pagamentos de ressarcimentos.

Abaixo apresentamos a demonstração do resultado:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Receita líquida de vendas	121.921	119.846
Custo do serviço de energia elétrica	(80.780)	(65.433)
<b>Lucro bruto</b>	<b>41.141</b>	<b>54.413</b>
Despesas gerais e administrativas	(11.968)	(11.090)
Outros ganhos, líquidos	(15.915)	(13.686)
<b>Lucro operacional</b>	<b>13.258</b>	<b>29.637</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras	9.022	14.404
Despesas financeiras	(60.039)	(62.879)
	<b>(51.017)</b>	<b>(48.475)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(37.759)</b>	<b>(18.838)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(4.658)	(6.394)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(42.417)</b>	<b>(25.232)</b>

## Endividamento

Em 31 de dezembro de 2024, a posição de endividamento do Grupo era de R\$ 485.976, que representa uma redução de 7,66% em relação a 31 de dezembro de 2023, cuja dívida total era de R\$ 526.263.

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Circulante</b>		
Debêntures	102.048	109.060
Financiamento	41.575	419.402
(-) Custo de Colocação		(2.199)
	<b>143.623</b>	<b>526.263</b>
<b>Não circulante</b>		
Financiamento	343.979	
(-) Custo de Colocação	(1.626)	
	<b>342.353</b>	
<b>Total</b>	<b>485.976</b>	<b>526.263</b>

## 6 Agradecimentos

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação dispensados.



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas***

Aos Administradores e Acionistas  
Chapada do Piauí I Holding S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

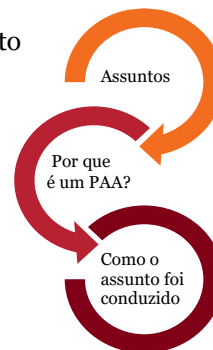
---

Chamamos a atenção para a Notas 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 151.871 mil, no consolidado. Essa situação, entre outras descritas na Nota 16, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

#### Reconhecimento da receita do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)

Conforme descrito nas Notas 17 (b) e 19, a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia prevista em contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), bem como ressarcir anual e quadrienalmente a CCEE, caso a energia entregue seja menor à energia contratada.

Os riscos observados e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita fora do período de competência, premissas críticas para estimar essas receitas e o cálculo das provisões para ressarcimento, na medida em que envolve: (a) determinação dos volumes de energia entregue *versus* a energia contratada e (b) atribuição do valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anual e quadrienalmente, conforme estipulado em contrato.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles internos e procedimentos substantivos de auditoria, a saber:

- (i) entendimento dos controles internos relevantes;
- (ii) confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente;
- (iii) confirmações externas com base nos relatórios mensais da CCEE;
- (iv) reconciliação da receita anual, por meio da obtenção de relatórios externos disponibilizados pela CCEE, com a informação da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Asa Branca;
- (v) análise do cálculo da provisão de ressarcimento considerando os critérios e premissas previstos no contrato.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

---

**Porque é um PAA**

---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

(vi) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita.

(vii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos

Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o reconhecimento da receita e de provisão de ressarcimento adotadas pela Companhia encontram-se consistentes com as normas de reconhecimento de receita e de provisões, respectivamente, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são adequadas.

---

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

---

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda



Chapada do Piauí I Holding S.A.

liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Chapada do Piauí I Holding S.A.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.<sup>6</sup>

São Paulo, 27 de março de 2025

A handwritten signature in cursive script that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca  
Contadora CRC 1SP291166/O-4

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Balancos Patrimoniais

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	114.136	2.741	121.608	56.712	Fornecedores	15	29	269	20.338	17.269
Contas a receber	7			14.993	10.130	Debêntures e financiamento	16	143.623	526.263	143.623	526.263
Estoques				3.897	4.123	Partes relacionadas	9			4.259	668
Tributos a recuperar	8	1.402	2.059	6.330	7.680	Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		512	182	6.762	5.075
Partes relacionadas	9	79.005	78.684	206	915	Provisão de ressarcimento	17			126.883	132.116
Despesas antecipadas			269	2.211	2.355	Passivo de arrendamento				133	163
Outras contas a receber				882	52	Total do passivo circulante		<b>144.164</b>	<b>526.714</b>	<b>301.998</b>	<b>681.554</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>194.543</b>	<b>83.753</b>	<b>150.127</b>	<b>81.967</b>						
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo						Debêntures e financiamento	16	342.353		342.353	
Partes relacionadas	9	128.414	182.138			Provisão de ressarcimento	17			35.799	12.346
Tributos a recuperar	8			1.307	451	Provisão para causas judiciais	17			66	1
Depósitos vinculados a debêntures e financiamento	10	64.761	47.503	64.761	47.503	Provisão para desmobilização	17			6.957	7.082
Depósitos judiciais	17			897	835	Passivo de arrendamento					122
Tributos diferidos	11			5.011	4.449	Total do passivo não circulante		<b>342.353</b>		<b>385.175</b>	<b>19.551</b>
Despesas antecipadas				46	85						
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>193.175</b>	<b>229.641</b>	<b>72.022</b>	<b>53.323</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>486.517</b>	<b>526.714</b>	<b>687.173</b>	<b>701.105</b>
Investimentos	12	302.619	297.557			Patrimônio líquido					
Ativo de direito de uso				114	280	Capital social	18	526.174	364.174	526.174	364.174
Imobilizado	13			667.868	648.863	Prejuízos acumulados		(322.354)	(279.937)	(322.354)	(279.937)
Intangível	14			862	909	Total do patrimônio líquido		<b>203.820</b>	<b>84.237</b>	<b>203.820</b>	<b>84.237</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>495.794</b>	<b>527.198</b>	<b>740.866</b>	<b>703.375</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>690.337</b>	<b>610.951</b>	<b>890.993</b>	<b>785.342</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>690.337</b>	<b>610.951</b>	<b>890.993</b>	<b>785.342</b>						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Demonstração do resultado

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	19			121.921	119.846
Custo do serviço de energia elétrica	20			(80.780)	(65.433)
<b>Lucro bruto</b>				<b>41.141</b>	<b>54.413</b>
Resultado com participações societárias	12	(43.700)	(5.651)		
Despesas gerais e administrativas	21	(492)	(501)	(11.968)	(11.090)
Outros ganhos (perdas), líquidos	21	200		(15.915)	(13.686)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		<b>(43.992)</b>	<b>(6.152)</b>	<b>13.258</b>	<b>29.637</b>
<b>Resultado financeiro</b>	22				
Receitas financeiras		55.978	38.383	9.022	14.404
Despesas financeiras		(54.176)	(57.463)	(60.039)	(62.879)
		<b>1.802</b>	<b>(19.080)</b>	<b>(51.017)</b>	<b>(48.475)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(42.190)</b>	<b>(25.232)</b>	<b>(37.759)</b>	<b>(18.838)</b>
Imposto de renda e contribuição social	23	(227)		(4.658)	(6.394)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(42.417)</b>	<b>(25.232)</b>	<b>(42.417)</b>	<b>(25.232)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$</b>	18			<b>(0,09)</b>	<b>(0,06)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(42.417)	(25.232)	(42.417)	(25.232)
Outros componentes do resultado abrangente				
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u>(42.417)</u></b>	<b><u>(25.232)</u></b>	<b><u>(42.417)</u></b>	<b><u>(25.232)</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

		Capital social			
	Nota	Subscrito	(-) a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Em 01 de janeiro de 2023</b>		<b>368.174</b>	<b>(4.000)</b>	<b>(254.705)</b>	<b>109.469</b>
Aumento de capital	18	87.000	(87.000)		
Prejuízo do exercício				(25.232)	(25.232)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>455.174</b>	<b>(91.000)</b>	<b>(279.937)</b>	<b>84.237</b>
Aumento de capital	18	71.000	91.000		162.000
Prejuízo do exercício				(42.417)	(42.417)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>526.174</b>		<b>(322.354)</b>	<b>203.820</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(42.190)	(25.232)	(37.759)	(18.838)
<b>Ajustes de receitas e despesas</b>				
Depreciação e amortização			34.073	33.089
Baixa de ativo imobilizado			17.743	16.028
Amortização de ativo de direito de uso			166	203
Resultado com participações societárias	43.700	5.651		
Atualização financeira de provisão de desmobilização			734	668
Provisão e atualização financeira de ressarcimento			52.308	46.547
Provisão para contingência			65	
Atualização financeira passivo de arrendamento			27	51
Juros, variações monetárias e amortização de custo – debêntures e financiamento	49.867	53.997	49.867	53.997
Juros partes relacionadas	(49.196)	(33.275)		
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber			(4.863)	3.620
Estoques			226	(1.608)
Tributos a recuperar	657	(803)	494	(955)
Partes relacionadas	216	(210)	4.300	509
Outras contas a receber		6	(830)	8.659
Despesas antecipadas	269	999	183	(1.000)
Depósitos judiciais			(62)	(80)
Fornecedores	(240)	232	(2.599)	763
Provisão de ressarcimento			(34.088)	(56.117)
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	558	20	1.091	203
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>3.641</b>	<b>1.385</b>	<b>81.076</b>	<b>85.739</b>
Juros pagos de debêntures e financiamento	(41.225)	(44.186)	(41.225)	(44.186)
Partes relacionadas - recebimento de juros cessão de recebíveis	49.197	33.275		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(455)		(3.435)	(6.041)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>11.158</b>	<b>(9.526)</b>	<b>36.416</b>	<b>35.512</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Investimento em controladas	(49.300)			
Adições de bens do ativo imobilizado e intangível			(67.154)	(31.144)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(49.300)</b>		<b>(67.154)</b>	<b>(31.144)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Pagamento de debêntures e financiamento	(48.929)	(41.984)	(48.929)	(41.984)
Depósitos vinculados a debêntures e financiamento	(17.258)	(5.346)	(17.258)	(5.346)
Pagamento de arrendamento			(179)	(180)
Partes relacionadas - recebimento de cessão de recebíveis	53.724	36.337		
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	162.000		162.000	
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) nas atividades de financiamento</b>	<b>149.537</b>	<b>(10.993)</b>	<b>95.634</b>	<b>(47.510)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>111.395</b>	<b>(20.519)</b>	<b>64.896</b>	<b>(43.142)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>2.741</b>	<b>23.260</b>	<b>56.712</b>	<b>99.854</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>114.136</b>	<b>2.741</b>	<b>121.608</b>	<b>56.712</b>

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 25.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Informações gerais

#### 1.1 Contexto operacional

A Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, 4º andar, Jardim Europa, tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica. A Companhia detém 100% das ações das empresas Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana IX"), Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana X"), Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XI"), Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XII"), Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XIII"), Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XV"), Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XVI"), coletivamente referidas como "Controladas", em conjunto com a controladora referidas como "Grupo".

A Companhia possui como controladora direta a Chapada Branca Holding S.A. (anteriormente denominada como Contour Global do Brasil Holding Ltda.) e controlador final o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria").

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2025.

As atividades da Companhia e suas controladas (conjuntamente, "Grupo"), são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O Grupo possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

SPE	Portaria MME	Término das outorgas
Ventos de Santa Joana IX	Portaria nº 122, de 24 de março de 2014	Março de 2049
Ventos de Santa Joana X	Portaria nº 106, de 18 de março de 2014	Março de 2049
Ventos de Santa Joana XI	Portaria nº 102, de 12 de março de 2014	Março de 2049
Ventos de Santa Joana XII	Portaria nº 119, de 24 de março de 2014	Março de 2049
Ventos de Santa Joana XIII	Portaria nº 107, de 18 de março de 2014	Março de 2049
Ventos de Santa Joana XV	Portaria nº 121, de 24 de março de 2014	Março de 2049
Ventos de Santa Joana XVI	Portaria nº 105, de 18 de março de 2014	Março de 2049

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas possuem contratos de PPA (“*Power Purchase Agreement*”) com as seguintes características:

<u>Eólica</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade instalada (MW)</u>	<u>Energia assegurada MWh/Ano</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Santa Joana IX	Piauí	Marcolândia	29,60	138.787	set-15	ago-35
Santa Joana X	Piauí	Marcolândia	29,60	140.544	set-15	ago-35
Santa Joana XI	Piauí	Marcolândia, Padre Marcos	29,60	140.544	set-15	ago-35
Santa Joana XII	Piauí	Simões	28,90	148.450	set-15	ago-35
Santa Joana XIII	Piauí	Marcelândia	29,60	140.544	set-15	ago-35
Santa Joana XV	Piauí	Marcelândia, Simões	28,90	142.301	set-15	ago-35
Santa Joana XVI	Piauí	Marcolândia	28,90	152.842	set-15	ago-35
			<b>205,10</b>	<b>1.004.012</b>		

#### 1.2 Situação financeira

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total do ativo circulante	194.543	83.753	150.127	81.967
(-) Total do passivo circulante	(144.164)	(526.714)	(301.998)	(681.554)
<b>Capital circulante líquido</b>	<b>50.379</b>	<b>(442.961)</b>	<b>(151.871)</b>	<b>(599.587)</b>

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço patrimonial consolidado é de R\$ 151.871 em dezembro de 2024 (R\$ 599.587 em 31 de dezembro de 2023). O valor decorre substancialmente do passivo circulante da provisão de ressarcimento e das debêntures e financiamento.

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, meteorologia, inflação e a definição do pagamento ou não de montantes junto à CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

Cabe salientar que em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) mínimo de 1,20 exigido no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures”). No entanto, foi solicitado ao BNDES *waiver* prévio ao descumprimento desta obrigação, exclusivamente para o ano de 2024, o qual foi aceito e autorizado pelo banco, conforme detalhado na nota explicativa 16. Desta forma, o saldo devedor do BNDES foi reclassificado conforme o seu cronograma de pagamentos, entre circulante e não circulante. A Companhia, no âmbito da sua 1ª emissão de debêntures, convocou Assembleias Geral de Debenturistas, em 22 de outubro de 2024, em primeira convocação, e em 30 de outubro de 2024, em segunda convocação, para tratar, dentre outros temas, da obtenção de *waiver* prévio pelo não atingimento do ICSD mínimo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo que, uma vez instalada, não foi verificada a presença de quórum mínimo, o que restou prejudicada a matéria da ordem do dia. Portanto, o saldo devedor das Debêntures continua classificado no circulante, conforme detalhado na nota explicativa 16.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas e eventuais aportes de capital pelos acionistas, se necessários.

O atual acionista controlador reforçou seu compromisso na continuidade dos negócios do Grupo, a qual deverá contar com seu suporte financeiro conforme eventual necessidade de caixa e dentro dos seus limites permitidos.

### 1.3 Principais eventos ocorridos no exercício de 2024

#### (a) Conclusão do contrato de compra e venda da Controladora da Companhia

Em 30 de junho de 2024, a Contour Global do Brasil Holding Ltda. ("ContourGlobal") atualmente denominada Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca"), empresa controladora da Companhia, recebeu todas as autorizações e cumpriu as condições necessárias para concluir a operação de compra e venda das quotas do capital social, no qual a Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. ("IBH XX"), uma investida controlada pelo Pátria, adquiriu 90% das quotas do capital social, enquanto a Invenergy Wind South America LLC ("Invenergy") adquiriu os 10% restantes das quotas do capital social, representando a totalidade do capital social da ContourGlobal vendido pela ContourGlobal Terra 3 S.à.R.L. ("Terra 3").

#### (b) Suspensão dos pagamentos de ressarcimentos

Em 2024, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), o Grupo pagou o valor de R\$ 38.381, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CER e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019. Esse cronograma foi cumprido regularmente até a divulgação da contabilização da CCEE referente ao mês de fevereiro de 2024, quando os pagamentos dos ressarcimentos apurados a partir de outubro de 2021 em diante foram novamente interditos.

#### (c) Integralização de capital

Em 2024, foram realizadas integralizações de capital na Companhia no montante de R\$ 162.000 pela acionista Chapada Branca Holding S.A.

#### (d) Integralização de capital em controladas

Em 2024, foram realizadas integralização de capital nas controladas da Companhia totalizando o montante de R\$ 49.300 conforme detalhado a seguir:

Controladas	R\$
Ventos de Santa Joana IX	10.700
Ventos de Santa Joana X	4.300
Ventos de Santa Joana XI	6.100
Ventos de Santa Joana XII	9.300
Ventos de Santa Joana XIII	4.300
Ventos de Santa Joana XV	5.700
Ventos de Santa Joana XVI	8.900
<b>Total</b>	<b>49.300</b>

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

#### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar, sob esse aspecto, ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível os acionistas da Controladora.

#### 2.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

##### Revisadas e vigentes

	<u>Normas</u>	<u>Alterações</u>	<u>Vigência</u>
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	01.01.2024
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Revisadas e não vigentes

	<u>Normas</u>	<u>Alterações</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2)	Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

### 2.1.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

### Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Abaixo o quadro das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

<u>Controladas</u>	<u>Percentual do capital total</u>	<u>Localização</u>	<u>Atividade principal</u>
Ventos de Santa Joana IX	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana X	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana XI	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana XII	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana XIII	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana XV	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana XVI	100%	Piauí	Geração de energia elétrica

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 2.2 Conversão de moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

#### (b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

#### (a) Provisão de ressarcimento sobre a receita

No momento, identificamos que as áreas sujeitas a estimativas e premissas contábeis críticas estão relacionados ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada conforme cada ano contratual (nota 17(b)).

#### (b) Provisão de desmobilização

Os valores da provisão de desmobilização, no consolidado, são contabilizados com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas ajustadas ao valor presente das controladas da Companhia (nota 17(a)).

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 4 Gestão de risco

#### 4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (IPCA), e Financiamento (TJLP)	Análise de sensibilidade	Acompanhar e fazer cenários de stress em cima da projeção de serviço da dívida.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Debêntures, e Financiamento e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (a) Risco de mercado

#### (i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não estava exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possuía ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

#### (ii) Risco do fluxo de caixa ou taxa de juros praticadas no mercado

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos quotistas e beneficiar as outras partes interessadas.

O Grupo mantém contratos de financiamento corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), e debêntures que são atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Com essa exposição a taxas variáveis, suas variações representam ao Grupo um risco de fluxo de caixa.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas IPCA e TJLP periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas.

Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros.

### (b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (c) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

O Grupo realiza análise de sensibilidade do principal risco ao qual as suas debêntures e financiamento estão expostos, representado pela variação do IPCA e TJLP que corrige o saldo do financiamento e das debêntures.

Para verificar a sensibilidade dessa correção monetária na data-base 31 de dezembro de 2024, foram definidos cinco cenários diferentes.

O cenário I (provável) considera o cenário esperado de variação do IPCA e TJLP para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2024, tendo como base as taxas futuras observadas no último Boletim Focus do Banco Central do Brasil publicado no exercício de 2024, e nas projeções oferecidas pelos bancos Itaú e Santander, conforme aplicável. Sobre o saldo em aberto da dívida é aplicada a diferença esperada para o IPCA, de 0,12%, entre o IPCA esperado para 31 de dezembro de 2025, no valor de 4,96%, e o IPCA realizado do ano 2024 no valor de 4,83%; e para a TJLP é aplicado a diferença esperada de 1,34%, entre a TJLP esperada para 31 de dezembro de 2025, no valor de 8,87%, e a TJLP realizada do ano 2024, no valor de 7,43%.

Os demais cenários sensibilizam a variação calculada aplicando variações de mais 25% e 50% e menos 25% e 50% sobre a variação esperada.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em exposição</u>	<u>Impacto provável no resultado</u>	<u>Cenário +25%</u>	<u>Cenário +50%</u>	<u>Cenário (-) 25%</u>	<u>Cenário (-) 50%</u>
Debêntures – Juros IPCA	102.048	(127)	(158)	(190)	158	190
Financiamento – Juros TJLP	385.554	(5.150)	(6.438)	(7.725)	6.438	7.725

### (d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, e financiamento, além de monitorar as cláusulas restritivas (*covenants*), a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantém CDBs e caixa disponível na controladora de R\$ 114.136 (R\$ 2.741 em 31 de dezembro de 2023) e no consolidado de R\$ 121.608 (R\$ 56.712 em 31 de dezembro de 2023). Tal saldo com liquidez diária pode ser prontamente acessado na gestão do risco de liquidez, caso necessário.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	<b>Controladora</b>				
	Vencimentos (i)				
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	29				29
Debêntures e financiamento	97.283	98.730	208.752	262.734	667.499
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>					
Fornecedores	269				269
Debêntures e financiamento	89.946	95.710	296.271	248.173	730.100

	<b>Consolidado</b>				
	Vencimentos (i)				
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	20.338				20.338
Debêntures e financiamento	97.283	98.730	208.752	262.734	667.499
Partes relacionadas	4.259				4.259
Passivo de arrendamento	133				133
Provisão de ressarcimento	126.883	16.362	19.437		162.682
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>					
Fornecedores	17.269				17.269
Debêntures e financiamento	89.946	95.710	296.271	248.173	730.100
Partes relacionadas	668				668
Passivo de arrendamento	163	188	126		477
Provisão de ressarcimento	132.116	12.346			144.462

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures, financiamento.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento, partes relacionadas

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures e financiamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures e financiamento.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumarizados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total das debêntures e financiamento	16	485.976	526.263	485.976	526.263
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(114.136)	(2.741)	(121.608)	(56.712)
(-) Depósitos vinculados a debêntures e financiamento	10	(64.761)	(47.503)	(64.761)	(47.503)
<b>Dívida líquida</b>		<b>307.079</b>	<b>476.019</b>	<b>299.607</b>	<b>422.048</b>
Total do patrimônio líquido		203.820	84.237	203.820	84.237
<b>Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)</b>		<b>510.899</b>	<b>560.256</b>	<b>503.427</b>	<b>506.285</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>		<b>60%</b>	<b>85%</b>	<b>60%</b>	<b>83%</b>

### 4.3 Outros riscos considerados relevantes

#### (a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

#### (b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

### (c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das conseqüências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com conseqüente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

### (d) Riscos de liquidação das debêntures, financiamento e ressarcimentos

O Grupo não tem gerado energia suficiente para atingir os volumes acordados em seus respectivos CER, portanto, têm-se observado a quebra dos *covenants* devido ao não atingimento do ICSD definido no contrato de financiamento com o BNDES e na escritura da 1a. Emissão de Debêntures (nota 16), desde a operacionalização dos projetos, exigindo anualmente a aprovação de *waiver* por parte dos referidos credores. Como forma de reforçar o caixa do complexo de Chapada I e mediante a aquisição dos ativos eólicos pelos novos acionistas, foram realizados aportes relevantes, entre julho e setembro de 2024, no total de R\$162.000.

Em 2023 a CCEE retomou o desconto dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CER, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, que finalizou em 2024. Aguarda-se um novo cronograma para as demais parcelas. O saldo estimado para os próximos 12 meses é de R\$ 126.883, impactando assim em uma redução significativa nos recebimentos provenientes dos CER no referido período. Dessa forma, o aporte de R\$162.000 realizado no exercício de 2024 será utilizado para fazer frente a estes gastos e eventualmente poderá ser necessário algum reforço de caixa adicional para cumprir com tais ressarcimentos.

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

### (a) Ativos financeiros

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado.

### Classificação, reconhecimento e mensuração

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros ao custo amortizado, conforme definição abaixo:

#### Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado do Grupo compreendem: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Partes relacionadas" "Depósitos vinculados a debêntures e financiamento" e "Outras contas a receber".

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	114.136	2.741	121.608	56.712
Contas a receber	7			14.993	10.130
Partes relacionadas	9	207.419	260.822	206	915
Depósitos vinculados a debêntures e financiamento	10	64.761	47.503	64.761	47.503
Outras contas a receber				882	52
<b>Ao custo amortizado</b>		<b>386.316</b>	<b>311.066</b>	<b>202.450</b>	<b>115.312</b>

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

#### (i) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### (ii) *Impairment* de ativos financeiros

##### Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivo, conforme o balanço patrimonial</b>					
Debêntures e financiamento	16	485.976	526.263	485.976	526.263
Partes relacionadas	9			4.259	668
Fornecedores	15	29	269	20.338	17.269
Passivo de arrendamento				133	285
Provisão de ressarcimento	17			162.682	144.462
<b>Ao custo amortizado</b>		<b>486.005</b>	<b>526.532</b>	<b>673.388</b>	<b>688.947</b>

As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores e outras obrigações, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos passivos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

O valor justo das parcelas de debêntures e financiamento classificadas no passivo circulante não apresentam diferenças significativas em relação ao seu valor contábil. Isso ocorre porque o impacto do desconto é irrelevante, considerando os valores principais das debêntures e financiamento.

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 referiam-se a operações compromissadas atreladas à taxa DI (depósito interbancário), remuneradas a uma taxa média de 88% do CDI e CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados a uma taxa média de 99% do CDI, com liquidez imediata.

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em banco e em caixa	1		156	209	307
Recursos em aplicações financeiras		114.135	2.585	121.399	56.405
		<b>114.136</b>	<b>2.741</b>	<b>121.608</b>	<b>56.712</b>

### 7 Contas a receber

#### Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a Administração manteve o montante reconhecido de PECLD para os títulos vencidos há mais de 360 dias.

### Composição

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de contas a receber é de R\$ 14.993 (R\$ 10.130 em 31 de dezembro de 2023), no consolidado. Nas referidas datas não havia títulos vencidos no contas a receber.

## 8 Tributos a recuperar

### Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente por: IRRF, PIS e COFINS sobre ressarcimento.

### Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>				
IRRF sobre aplicações financeiras	589	1.231	590	1.749
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)			4.631	4.822
ICMS a Recuperar				47
IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF retido na fonte	813	828	1.109	1.062
	<b>1.402</b>	<b>2.059</b>	<b>6.330</b>	<b>7.680</b>
<b>Não Circulante</b>				
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)			1.307	451
			<b>1.307</b>	<b>451</b>
	<b>1.402</b>	<b>2.059</b>	<b>7.637</b>	<b>8.131</b>

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos.

## 9 Partes relacionadas

### Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, controladas e acionistas), relativos às transações apresentadas no quadro a seguir.

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Natureza	31/12/2024		Controladora 31/12/2023	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Chapada do Piauí II Holding S.A.	Custo compartilhado			216	
				<b>216</b>	
Ventos de Santa Joana IX	Cessão de recebíveis	8.841	15.258	8.705	21310
Ventos de Santa Joana X	Cessão de recebíveis	7.274	12.554	7.790	19069
Ventos de Santa Joana XI	Cessão de recebíveis	7.336	12.661	7.756	18.987
Ventos de Santa Joana XII	Cessão de recebíveis	12.943	22.338	12.279	30.059
Ventos de Santa Joana XIII	Cessão de recebíveis	8.665	14.954	9.200	22.522
Ventos de Santa Joana XV	Cessão de recebíveis	16.506	28.488	16.974	41.547
Ventos de Santa Joana XVI	Cessão de recebíveis	12.839	22.161	11.701	28.644
		<b>74.404</b>	<b>128.414</b>	<b>74.405</b>	<b>182.138</b>
Ventos de Santa Joana X	Dividendos a receber	987		987	
Ventos de Santa Joana XI	Dividendos a receber	328		328	
Ventos de Santa Joana XII	Dividendos a receber	475		475	
Ventos de Santa Joana XIII	Dividendos a receber	1.932		1.394	
Ventos de Santa Joana XV	Dividendos a receber	348		348	
Ventos de Santa Joana XVI	Dividendos a receber	531		531	
		<b>4.601</b>		<b>4.063</b>	
<b>Total</b>		<b>79.005</b>	<b>128.414</b>	<b>78.684</b>	<b>182.138</b>

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Controladora
Movimentação	Natureza			Ativo circulante	Natureza	Ativo não circulante
	Custo compartilhado	Dividendos a receber	Cessão de recebíveis	Total	Cessão de recebíveis	Total
<b>Saldo em 01/01/2023</b>	<b>6</b>	<b>3.541</b>	<b>74.405</b>	<b>77.952</b>	<b>218.475</b>	<b>218.475</b>
Ingresso		522		522		
Resultado	216			216		
Provisão de juros			33.275	33.275		
Liquidação principal	(6)		(36.337)	(36.343)		
Liquidação juros			(33.275)	(33.275)		
Transferência			36.337	36.337	(36.337)	(36.337)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>216</b>	<b>4.063</b>	<b>74.405</b>	<b>78.684</b>	<b>182.138</b>	<b>182.138</b>
Ingresso		538		538		
Liquidação principal	(216)		(53.724)	(53.940)		
Liquidação juros			(49.197)	(49.197)		
Provisão de juros			49.196	49.196		
Transferência			53.724	53.724	(53.724)	(53.724)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>		<b>4.601</b>	<b>74.404</b>	<b>79.005</b>	<b>128.414</b>	<b>128.414</b>

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Natureza	Consolidado			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Chapada Branca Holding S.A.	Custo compartilhado		1.539		668
Chapada do Piauí II Holding S.A.	Custo compartilhado			216	
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	26		87	
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	26		86	
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	24		87	
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	26		87	
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	26		87	
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	26		87	
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	26		89	
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	26		89	
		<b>206</b>	<b>1.539</b>	<b>915</b>	<b>668</b>
Invenergy Servicos Brasil Ltda	Fornecedores (i)		2.720		
			<b>2.720</b>		
<b>Total</b>		<b>206</b>	<b>4.259</b>	<b>915</b>	<b>668</b>

(i) O saldo referente a fornecedores é decorrente dos contratos de manutenção dos parques, os quais foram executados por empresas pertencentes ao grupo do acionista minoritário da Controladora.

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolidado		
	Natureza		Ativo circulante		Natureza		Passivo circulante	
Movimentação	Custo compartilhado		Total	Custo compartilhado		Fornecedores	Outras contas a pagar	Total
<b>Saldo em 01/01/2023</b>	<b>1.680</b>		<b>1.680</b>	<b>924</b>				<b>924</b>
Ingresso				5.303				5.303
Resultado	3.569		3.569	(100)				(100)
Liquidação	(4.334)		(4.334)	(5.459)				(5.459)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>915</b>		<b>915</b>	<b>668</b>				<b>668</b>
Ingresso	192		192	4.672				4.672
Ativo imobilizado					1.344		14.663	
Resultado	3.197		3.197	2.737	11.522			14.259
Liquidação	(4.098)		(4.098)	(6.538)	(10.146)		(14.663)	(31.347)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>206</b>		<b>206</b>	<b>1.539</b>		<b>2.720</b>		<b>4.259</b>

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Resultado		Resultado	
Chapada Branca Holding S.A.	Custo compartilhado			(4.480)	(5.303)
<b>Total</b>				<b>(4.480)</b>	<b>(5.303)</b>
Ventos de Santa Joana IX	Receita de juros de cessão de recebíveis	5.418	4.490		
Ventos de Santa Joana X	Receita de juros de cessão de recebíveis	6.438	4.644		
Ventos de Santa Joana XI	Receita de juros de cessão de recebíveis	6.177	4.345		
Ventos de Santa Joana XII	Receita de juros de cessão de recebíveis	6.463	4.721		
Ventos de Santa Joana XIII	Receita de juros de cessão de recebíveis	7.421	4.484		
Ventos de Santa Joana XV	Receita de juros de cessão de recebíveis	12.385	4.927		
Ventos de Santa Joana XVI	Receita de juros de cessão de recebíveis	4.894	5.664		
<b>Total</b>		<b>49.196</b>	<b>33.275</b>		
		<b>49.196</b>	<b>33.275</b>	<b>(4.480)</b>	<b>(5.303)</b>

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### Cessão de recebíveis

Para viabilizar a implantação do parque eólico, a Companhia obteve junto ao BNDES financiamento e aportou os recursos nas Controladas através do contrato de Cessão de Recebíveis, que assegura o fluxo de recursos do financiamento junto ao BNDES. Em 31 de dezembro 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios (cessão de recebíveis) com suas controladas, com vencimento em 2032.

O contrato de cessão de recebíveis foi celebrado entre a Companhia e suas controladas no dia 4 de fevereiro de 2015.

### Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Grupo mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber:

**(a) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas**

O Grupo mantém contrato de compartilhamento de custos e despesas entre as empresas do complexo de Chapada do Piauí I, Chapada do Piauí II e Chapada do Piauí III, o qual tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na operação e manutenção dos parques eólicos e que tragam benefícios para as partes envolvidas. O rateio é realizado com base na potência instalada de cada usina.

**(b) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo - SP**

A controlada Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato de compartilhamento de despesas com as suas subsidiárias, com objetivo compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal e tecnologia da informação, as quais são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes e acordo de acionistas.

**(c) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal - RN**

Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controlada Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração ("COG") em Natal - RN, com suas subsidiárias.

O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas e Asa Branca, nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas.

**(d) Fornecedores**

O saldo de fornecedores é decorrente dos contratos de manutenção dos parques, os quais foram executados por empresas pertencentes ao grupo do acionista minoritário da controladora Chapada Branca Holding S.A.

### Remuneração do pessoal chave da administração

A Companhia mantém política de remuneração de alta administração. Tais remunerações totalizaram R\$ 131 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 150 em 31 de dezembro de 2023).

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 10 Depósitos vinculados a debêntures e financiamento

Os Depósitos vinculados exigidos pelo contrato de financiamento e escritura de debêntures são compostos pelas contas reservas mencionadas abaixo:

- (a) **“Conta Reserva do Serviço da Dívida”**: contas correntes de titularidade das Companhia, não movimentáveis, constituídas em benefício do BNDES, para as quais são transferidos das contas centralizadoras, até o último dia da carência, os valores necessários para perfazerem os saldos correspondentes a 3 (três) vezes os valores das últimas prestações vencidas dos serviços das dívidas. Em 31 de dezembro 2024 o saldo é de R\$ 18.695 (R\$ 17.202 em 31 de dezembro de 2023).
- (b) **“Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures”**: conta corrente de titularidade da Companhia, não movimentável, constituída em benefício do Agente Fiduciário, para as quais são transferidos da conta centralizadora, até o último dia da carência, o valor necessário para perfazer o saldo correspondente a 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura, que deverá ser preenchida com 6 (seis) meses de antecedência ao seu efetivo pagamento, entendendo-se por prestação do serviço da dívida como a soma da amortização do principal e juros da dívida decorrentes do referido contrato. Em 31 de dezembro 2024 o saldo é de R\$ 14.541 (R\$ 10.659 em 31 de dezembro de 2023).
- (c) **“Conta de Pagamento das Debêntures”**: conta corrente de titularidade da Companhia, não movimentável, cujo saldo deverá perfazer o valor correspondente à 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura a ser preenchida mensalmente, com o valor equivalente a 1/6 (um sexto) da próxima parcela de principal e juros. fiduciário. Em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.170 (R\$ 5.280 em 31 de dezembro de 2023).
- (d) **“Conta Reserva de O&M”**: contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, cujos saldos devem perfazer os montantes equivalentes a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) dos valores anuais de pagamentos de cada uma das SPEs em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciar-se, a cada 31 de dezembro, para que os saldos correspondam a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) dos valores de pagamentos previstos para o ano subsequente. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$ 7.207 (R\$ 3.547 em 31 de dezembro de 2023).
- (e) **“Conta Reserva Complementação do ICSD - Debêntures”**: conta corrente de titularidade da Companhia, não movimentável. Caso, em cada uma das datas de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), não seja atingido o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), mas o ICSD apurado seja superior à 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (exclusive), a Companhia poderá depositar na conta de complementação do ICSD, recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da referida data de apuração. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$ 11.851 (R\$ 10.815 em 31 de dezembro de 2023).
- (f) **“Conta Centralizadora”**: contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receberem os recursos derivados dos contratos de cessão de recebíveis, bem como os recursos de qualquer transferência de valor realizado pelas SPEs às suas respectivas holdings, por qualquer meio legal e contabilmente permitido, com o intuito de realizar o pagamento dos serviços das dívidas decorrentes dos instrumentos de financiamento. Em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 5.297.

A posição do Grupo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 64.761 (R\$ 47.503 em 31 de dezembro de 2023).

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 11 Tributos diferidos

#### Política contábil

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada das controladas do Grupo. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadriennais dos contratos de comercialização de energia.

#### Composição

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento</b>		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	3.908	4.069
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	1.103	380
	<b>5.011</b>	<b>4.449</b>

#### Movimentação

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Em 1º de janeiro	4.449	4.411
Compensação e reversão	133	(133)
Despesa da demonstração do resultado	429	171
	<b>5.011</b>	<b>4.449</b>

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não reconheceu os ativos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados nos montantes de R\$ 92.779 (R\$ 83.416 em 31 de dezembro de 2023), pois não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 12 Investimentos

##### Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

##### (a) Composição e movimentação do investimento

	Ventos de Santa Joana IX	Ventos de Santa Joana X	Ventos de Santa Joana XI	Ventos de Santa Joana XII	Ventos de Santa Joana XIII	Ventos de Santa Joana XV	Ventos de Santa Joana XVI	Total do investimento
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
<b>Participação acionária</b>								
<b>Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>36.597</b>	<b>40.782</b>	<b>34.459</b>	<b>48.392</b>	<b>38.789</b>	<b>49.364</b>	<b>55.347</b>	<b>303.730</b>
Equivalência patrimonial	(1.220)	604	1.273	1.003	753	(1.691)	(6.063)	(5.341)
Equivalência patrimonial - Amortização de capitalização de encargos financiamento	(41)	(42)	(41)	(49)	(42)	(46)	(49)	(310)
Dividendos constituídos					(522)			(522)
<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>35.336</b>	<b>41.344</b>	<b>35.691</b>	<b>49.346</b>	<b>38.978</b>	<b>47.627</b>	<b>49.235</b>	<b>297.557</b>
Equivalência patrimonial	(6.653)	(4.874)	(5.207)	(7.850)	(4.078)	(11.892)	(2.835)	(43.389)
Equivalência patrimonial - Amortização de capitalização de encargos financiamento	(41)	(42)	(41)	(49)	(42)	(46)	(50)	(311)
Dividendos constituídos					(538)			(538)
Aumento de capital	10.700	4.300	6.100	9.300	4.300	5.700	8.900	49.300
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>39.342</b>	<b>40.728</b>	<b>36.543</b>	<b>50.747</b>	<b>38.620</b>	<b>41.389</b>	<b>55.250</b>	<b>302.619</b>

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Resumo das informações financeiras das controladas

	31/12/2024					
<b>Controladas</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Demonstração do resultado</b>
Ventos de Santa Joana IX	4.331	87.506	31.862	21.064	38.911	(6.653)
Ventos de Santa Joana X	4.723	83.533	29.677	18.295	40.284	(4.874)
Ventos de Santa Joana XI	4.935	85.379	34.714	19.491	36.109	(5.207)
Ventos de Santa Joana XII	5.278	111.061	36.921	29.191	50.227	(7.850)
Ventos de Santa Joana XIII	4.382	82.636	28.684	20.146	38.188	(4.078)
Ventos de Santa Joana XV	5.769	112.184	41.883	35.167	40.903	(11.892)
Ventos de Santa Joana XVI	5.331	110.542	33.256	27.882	54.735	(2.835)
<b>Total</b>	<b>34.749</b>	<b>672.841</b>	<b>236.997</b>	<b>171.236</b>	<b>299.357</b>	<b>(43.389)</b>

	31/12/2023					
<b>Controladas</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Demonstração do resultado</b>
Ventos de Santa Joana IX	5.694	78.800	25.512	24.119	34.863	(1.220)
Ventos de Santa Joana X	10.544	82.346	29.861	22.170	40.859	604
Ventos de Santa Joana XI	11.179	80.727	34.376	22.315	35.215	1.273
Ventos de Santa Joana XII	12.527	106.752	37.855	32.647	48.777	1.003
Ventos de Santa Joana XIII	10.380	82.771	29.617	25.032	38.502	753
Ventos de Santa Joana XV	21.858	109.611	40.439	43.935	47.095	(1.691)
Ventos de Santa Joana XVI	5.204	111.291	36.354	31.470	48.671	(6.063)
<b>Total</b>	<b>77.386</b>	<b>652.298</b>	<b>234.014</b>	<b>201.688</b>	<b>293.982</b>	<b>(5.341)</b>

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 13 Imobilizado

#### Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As Controladas reconhecem uma obrigação (nota 17 (a)) para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado

As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, ajustado ao prazo de concessão/autorização.

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Composição

					<b>Consolidado</b>
	<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>Máquinas, equipamentos e outros</b>	<b>Edificações, obras civis e benfeitorias</b>	<b>Provisão de desmobilização</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>755</b>	<b>648.703</b>	<b>3.280</b>	<b>547</b>	<b>653.285</b>
Adições	14.882	28.621			43.503
Remensuração				1.139	1.139
Baixa imobilizado		(21.910)			(21.910)
Depreciação		(32.847)	(142)	(47)	(33.036)
Baixa depreciação		5.882			5.882
Transferência	(15.380)	15.380			
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>257</b>	<b>643.829</b>	<b>3.138</b>	<b>1.639</b>	<b>648.863</b>
Custo	257	898.345	4.199	2.561	905.362
Depreciação acumulada		(254.516)	(1.061)	(922)	(256.499)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>257</b>	<b>643.829</b>	<b>3.138</b>	<b>1.639</b>	<b>648.863</b>
Adições	33.436	39.386			72.822
Baixa imobilizado		(27.066)		(859)	(27.925)
Depreciação		(33.794)	(141)	(91)	(34.026)
Baixa depreciação		8.134			8.134
Transferência	(15.007)	15.007			
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>18.686</b>	<b>645.496</b>	<b>2.997</b>	<b>689</b>	<b>667.868</b>
Custo	18.686	925.672	4.199	1.702	950.259
Depreciação acumulada		(280.176)	(1.202)	(1.013)	(282.391)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>18.686</b>	<b>645.496</b>	<b>2.997</b>	<b>689</b>	<b>667.868</b>

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(a) **Aquisições**

As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição de peças e partes dos aerogeradores, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de manufatura.

(b) **Bens em garantia**

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros.

### 14 Intangível

#### Política contábil

##### Direito de uso de servidão

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade, como servidões de passagem. Geralmente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área de concessão do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos.

##### Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*, que em geral é de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Composição

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Direito de uso de Serviço</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>931</b>	<b>31</b>	<b>962</b>
Amortização	(41)	(12)	(53)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>890</b>	<b>19</b>	<b>909</b>
Custo	1.177	180	1.357
Amortização acumulada	(287)	(161)	(448)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>890</b>	<b>19</b>	<b>909</b>
Amortização	(41)	(6)	(47)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>849</b>	<b>13</b>	<b>862</b>
Custo	1.177	180	1.357
Amortização acumulada	(328)	(167)	(495)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>849</b>	<b>13</b>	<b>862</b>

## 15 Fornecedores

### Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

### Composição

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Materiais e serviços	29	269	1.284	4.271
Aquisições de ativos imobilizados			18.027	12.359
Custo de transmissão			962	561
Taxa de fiscalização Aneel			65	78
	<b>29</b>	<b>269</b>	<b>20.338</b>	<b>17.269</b>

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 16 Debêntures e financiamento

#### Política contábil

As debêntures e financiamento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, o financiamento captado é apresentado pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures e financiamento são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures e financiamento são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures e financiamento gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures, empréstimo e financiamento são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>		
Debêntures	102.048	109.060
Financiamento	41.575	419.402
(-) Custo de Colocação		(2.199)
	<b>143.623</b>	<b>526.263</b>
<b>Não circulante</b>		
Financiamento	343.979	
(-) Custo de Colocação	(1.626)	
	<b>342.353</b>	
<b>Total</b>	<b>485.976</b>	<b>526.263</b>

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Movimentação de debêntures e financiamento:

Movimentação	Controladora e Consolidado						
	Natureza			Passivo circulante	Natureza		Passivo não circulante
	Financiamento	Debêntures	(-) Custo de Colocação	Total	Financiamento	(-) Custo de Colocação	Total
<b>Saldo em 01/01/2023</b>	<b>449.185</b>	<b>112.161</b>	<b>(2.910)</b>	<b>558.436</b>			
Provisão de juros	34.153	9.781		43.934			
Atualização monetária	4.350	5.002		9.352			
Amortização de custos de colocação			711	711			
Liquidação do principal	(34.033)	(7.951)		(41.984)			
Liquidação dos encargos	(34.253)	(9.933)		(44.186)			
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>419.402</b>	<b>109.060</b>	<b>(2.199)</b>	<b>526.263</b>			
Provisão de juros	31.598	9.375		40.973			
Atualização monetária		4.964		4.964	3.357		3.357
Amortização de custos de colocação						573	573
Liquidação do principal	(37.090)	(11.839)		(48.929)			
Liquidação dos encargos	(31.713)	(9.512)		(41.225)			
Transferência	(340.622)		2.199	(340.622)	340.622	(2.199)	338.423
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>41.575</b>	<b>102.048</b>		<b>143.623</b>	<b>343.979</b>	<b>(1.626)</b>	<b>342.353</b>

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Composição por ano de vencimento

Vencimento	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2024		528.462
2025	143.623	
2026	43.615	
2027	47.176	
2028	51.029	
2029	55.196	
2030	59.704	
2031	64.581	
2032	22.678	
	<b>487.602</b>	<b>528.462</b>

Em 09 de março de 2015, a Companhia obteve financiamento junto ao BNDES mediante contrato no valor total de R\$ 555.000, a ser pago em 192 parcelas a partir de 15 de maio de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil sobre o valor principal de R\$ 551.000 e apenas TJLP para parcela do financiamento no montante de R\$ 4.000.

O financiamento obtido está sujeito a cláusulas restritivas cujo descumprimento pode resultar em antecipação do vencimento das obrigações.

Para a mensuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia identificou o não atingimento do ICSD mínimo, porém, a Companhia recebeu do BNDES em 30 de dezembro de 2024 a carta de anuência (“*waiver*”) quanto à dispensa do cumprimento das obrigações de manutenção do ICSD Consolidado mínimo de 1,20 em relação ao exercício de 2024. Portanto, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 351.395 que estava classificado no passivo circulante para a rubrica de passivo não circulante no referido exercício. Cabe salientar que o referido *waiver* possui condições resolutivas.

Já para o fechamento de 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a medição conforme estabelecido no contrato com o BNDES e identificou que não atingiu o ICSD mínimo exigido, que é de 1,20. Porém, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não obteve o *waiver* do BNDES durante o ano. Sendo assim, em conformidade com o que é determinado nas normas contábeis vigentes, o montante correspondente às parcelas da dívida exigíveis em longo prazo seguiu classificado no passivo circulante.

Em 15 de agosto de 2015, a Companhia emitiu debêntures no valor total de R\$ 70.630, com vencimento final em 15 de março de 2029, a ser pago em 20 parcelas, vencíveis entre 15 de setembro de 2019 até 15 de março de 2029, corrigidos pelo IPCA mais juros de 9,233% a.a., e prazo de carência até 14 de setembro de 2019. Conforme previsto na cláusula 5.4. da Escritura de Emissão de Debêntures, caso não haja atingimento dos índices de *covenants*, deverá ser chamada a Assembleia de debenturistas, para decretar ou não o vencimento antecipado da dívida.

Em 2023, a Companhia realizou a primeira e segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas incluindo em sua pauta o não atingimento do ICSD em relação aos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e de 2022, não tendo sido atingido o quórum mínimo de debenturistas presentes para instalação. Dessa forma, o Agente Fiduciário não declarou o vencimento antecipado das debêntures, de acordo com a cláusula 5.6 da Escritura de Emissão.

Em 2024, a Companhia realizou, novamente, a primeira e segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas incluindo em sua pauta o *waiver* prévio pelo não atingimento do ICSD em relação ao exercício de 2024, não tendo sido atingido o quórum mínimo de debenturistas presentes para instalação. Dessa forma, o Agente Fiduciário não declarou o vencimento antecipado das debêntures, de acordo com a cláusula 5.6 da Escritura de Emissão.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Considerando que não está no controle da Companhia determinar se a dívida será exigida nos próximos 12 meses, e que em 31 de dezembro de 2024 o ICSD também não foi atingido, as debentures vem sendo mantidas contabilizadas no passivo circulante desde o exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2024 o montante equivalente às parcelas da dívida exigíveis em longo prazo, mas classificadas como passivo circulante é de R\$ 81.276. Após a apuração e emissão do relatório demonstrativo do índice financeiro referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024, a Companhia deverá convocar nova Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não atingimento do ICSD mínimo no exercício de 2024, além dos anos anteriores.

### 17 Provisões

#### Política contábil

As provisões são compostas substancialmente por provisões de desmobilização, ressarcimento e causas judiciais (ambientais) que são reconhecidas quando:

1. O Grupo tiver uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
2. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
3. O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### (a) Provisão para desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental, cuja degradação precisa ser compensada.

As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. Este laudo efetuado em 2023 leva em consideração as obrigações de desmobilização existentes que são em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,90% (3,50% em 2023) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto de 11,36% (10,36% em 2023) ao ano. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Composição

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Não circulante</b>		
Provisão de desmobilização	6.957	7.082
	<b>6.957</b>	<b>7.082</b>

### Movimentação

	Consolidado			
			31/12/2024	31/12/2023
	Desmobilização	(-) Ajuste a valor presente	Total	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	91.910	(84.828)	7.082	5.275
Remensurações (i)				1.139
(-) reversão	10.605	(11.464)	(859)	
Atualização financeira		734	734	668
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>102.515</b>	<b>(95.558)</b>	<b>6.957</b>	<b>7.082</b>

(i) Em 2023, houve a remensuração dos custos de desmobilização dos ativos das controladas da Companhia, tendo como contrapartida a rubrica do ativo imobilizado. Por se tratar de uma obrigação a ser exigida em longo prazo, os custos atuais estimados foram atualizados levando em consideração a inflação projetada até o momento da realização da obrigação, no caso foi utilizado o IPCA (que representa a melhor estimativa desse mesmo custo no futuro), descontados a valor presente com base na taxa indicativa do título de dívida pública do governo com vencimento semelhante ao prazo da exigência da obrigação de desmobilização.

### (b) Provisão de ressarcimento

A Conta Ressarcimento com a CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração do Grupo entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

#### Contrato de energia de reserva – CER

O Grupo firmou contratos de energia de reserva – (“CER”), na modalidade quantidade de energia elétrica com a câmara de comercialização de energia elétrica – (“CCEE”) no 5º leilão de energia de reserva promovido em 23 de agosto de 2013.

Pelo contrato em questão, as SPes da Companhia comprometem-se a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de setembro de 2015 ao preço de R\$ 109,96 por MWh a serem atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), sendo o preço médio dos CERs praticado em 31 de dezembro de 2024 de R\$205,59 por MWh.

Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada, apurada anualmente, sendo necessária a entrega de 100% da energia contratada ao final de cada quadriênio. Os desvios superiores ou inferiores entre os volumes de energia contratados e aqueles efetivamente gerados são reconhecidos no Ativo ou Passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de Penalidades ou Bônus sobre o MWh a ser entregue.

Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato provisionadas anualmente, serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2027.

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) **Ressarcimento anual:** Caso a energia fornecida no ano, e considerando o desvio acumulado do ano anterior, seja:

a) Inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá o valor do ressarcimento equivalente à aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%;

b) Superior a 130% da energia contratada anualmente, as Controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação de 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh.

Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas entre as Controladas da Companhia e a CCEE.

(ii) **Ressarcimento quadrienal:** Ao final do exercício de quatro anos (quadriênio), caso a energia fornecida seja:

a) Inferior a 100% da energia contratada para o exercício, o valor do ressarcimento total incluirá o valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% do montante contratado, e uma penalidade equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%).

b) Superior a 100% da energia contratada, as Controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão.

Na situação da energia quadrienal ser inferior ao limite estipulado, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir da apuração quadrienal. Em contrapartida, caso a energia gerada supere o limite máximo, o acerto financeiro ocorre mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas Controladas da Companhia à CCEE. O primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2027.

#### Composição

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>		
Provisão de ressarcimento (i)	22.113	51.606
Provisão de despacho (ii)	104.770	80.510
	<b>126.883</b>	<b>132.116</b>
<b>Não circulante</b>		
Provisão de ressarcimento (i)	35.799	12.346
	<b>35.799</b>	<b>12.346</b>
<b>Total</b>	<b>162.682</b>	<b>144.462</b>

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Movimentação

Movimentação	Provisão de ressarcimento	Provisão de despacho	Consolidado		
			Passivo circulante	Passivo não circulante	
			Total	Total	
<b>Saldo em 01/01/2023</b>	<b>30.811</b>	<b>95.104</b>	<b>125.915</b>	<b>28.117</b>	<b>28.117</b>
Provisão	29.815	(4.289)	25.526	12.728	12.728
Pagamento		(52.386)	(52.386)		
Atualização financeira		4.562	4.562		
Transferência	(9.020)	37.519	28.499	(28.499)	(28.499)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>51.606</b>	<b>80.510</b>	<b>132.116</b>	<b>12.346</b>	<b>12.346</b>
Provisão	18.337	4.293	22.630	29.613	29.613
Pagamento		(38.381)	(38.381)		
Atualização financeira		4.358	4.358		
Transferência	(47.830)	53.990	6.160	(6.160)	(6.160)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>22.113</b>	<b>104.770</b>	<b>126.883</b>	<b>35.799</b>	<b>35.799</b>

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(i) A provisão do ressarcimento está sendo demonstrada sem os efeitos da provisão de ressarcimento do despacho nº 2.303/2019 mencionado no item (ii). Cabe salientar que a provisão reconhecida já está apresentada líquida do montante relativo ao *curtailment* (situações de corte de geração, também denominadas no setor elétrico como *constrained-off*, que ocorrem quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda) determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo como base a Resolução Normativa nº 1.030/2022 que revoga a Resolução Normativa nº 923/2021 e consolida procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Sendo assim, o Grupo reconheceu os montantes relativos aos volumes de energia não gerada por motivo de *curtailment* como redutor da provisão de ressarcimento no referido período.

(ii) O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *constrained-off* de usinas eólicas. Ou seja, tal suspensão permanece vigente até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off*.

O *constrained-off* pode ser definido como a redução de geração definida pelo ONS, devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nestes casos, o gerador fica impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 23 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. A regulamentação estipula uma metodologia de cálculo para os eventos ocorridos até setembro de 2021, e outra para os eventos ocorridos posteriormente a esta data.

No entanto, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, informando a necessidade de adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o ONS. Informou também que apenas após esta etapa concluída apresentaria ao mercado novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, divulgando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e foram realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, contemplando apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que visa a aprovação das Regras de Comercialização da CCEE, necessárias para realizar o cálculo para o período, não foi concluída até o momento.

Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões de *constrained-off* normalmente nos exercícios supracitados. A liquidação dos valores provisionados iniciou-se em 2023, seguindo o calendário divulgado pela CCEE, conforme indicado na nota 1.3 (b).

### (c) Provisão para contingências e depósitos judiciais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, consta R\$66 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023) referente processos com probabilidade de perda avaliada como provável nas quais o Grupo esteja envolvido.

O Grupo possui questões cíveis, tributárias e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível portanto, não é requerido o registro de provisão para perdas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem o Grupo nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor do Grupo, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Composição causas possíveis

Empresas	Consolidado		
	Cíveis	Tributários	Total
Ventos de Santa Joana IX	1	260	261
Ventos de Santa Joana X		218	218
Ventos de Santa Joana XI		218	218
Ventos de Santa Joana XII		5.505	5.505
Ventos de Santa Joana XIII		218	218
Ventos de Santa Joana XV	1.222	92	1.314
Ventos de Santa Joana XVI		200	200
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>1.223</b>	<b>6.711</b>	<b>7.934</b>
Ventos de Santa Joana IX		919	919
Ventos de Santa Joana XII		6.089	6.089
Ventos de Santa Joana XV	1.290	95	1.385
Ventos de Santa Joana XVI		836	836
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>1.290</b>	<b>7.939</b>	<b>9.229</b>

O montante de R\$ 6.089 (R\$ 5.505 em 31 de dezembro de 2023) relativo a Ventos de Santa Joana XII refere-se substancialmente a uma ação judicial relacionada ao auto de infração expedido pela prefeitura de Simões – PI para cobrança de Impostos Sobre Serviços – ISS. Na referida ação, consta a alegação de suposta incidência de ISS sobre os serviços contratados pela entidade durante a fase de implementação do Parque Eólico Ventos de Santa Joana XII. De acordo com a opinião dos consultores jurídicos do Grupo, a probabilidade de perda do referido processo é possível.

O montante de R\$ 1.290 (R\$ 1.222 em 31 de dezembro de 2023) relativo a Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis refere-se substancialmente a Ações de Instituição de Servidão de Passagem Administrativa Cumulada com Pedido Liminar de Imissão Provisória na Posse movidas em face de proprietários de imóveis por onde passam as linhas de transmissão. Tais ações visam debater o valor das indenizações que serão pagas aos proprietários, em função da utilização das suas propriedades.

O Grupo possui depósitos judiciais referente às questões em andamento no total de R\$ 897 (R\$ 835 em 31 de dezembro 2023) no consolidado, envolvendo questões cíveis e tributárias.

#### 18 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 526.174 correspondente a 526.173.571 ações totalmente subscritas e integralizadas conforme AGE de 12 de setembro de 2024 (em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 455.174, dividido em 455.173.571 ações, estando a quantia de R\$ 364.174 correspondente a 364.173.571 ações totalmente subscritas e integralizadas e a quantia de R\$ 91.000 correspondente a 91.000.000 ações a serem integralizadas sendo 4.000 até 30 de junho de 2024 conforme AGE de 26 de abril de 2022 e AGE de 17 de março de 2023 e 87.000 até 31 de dezembro de 2024 conforme AGE de 17 de março de 2023 e AGE de 28 de dezembro de 2023).

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionistas	Controladora e Consolidado				
	%	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
		Quantidade de ações	Capital social integralizado	Quantidade de ações	Capital social integralizado
Chapada Branca Holding S.A.	51%			185.728.521	185.729
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	49%			178.445.050	178.445
Chapada Branca Holding S.A.	100%	526.173.571	526.174		
	<b>100%</b>	<b>526.173.571</b>	<b>526.174</b>	<b>364.173.571</b>	<b>364.174</b>

### (b) Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia	(42.417)	(25.232)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	476.765	436.475
	<b>(0,09)</b>	<b>(0,06)</b>

## 19 Receita líquida de vendas

### Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
  - (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
  - (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação;
  - (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

### Composição

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita com energia	175.362	167.697
(-) Provisão de ressarcimento	(47.950)	(42.543)
<b>Receita bruta</b>	<b>127.412</b>	<b>125.154</b>
Receita bruta mercado livre		37
<b>Total receita bruta</b>	<b>127.412</b>	<b>125.191</b>
(-) Impostos sobre vendas	(4.651)	(4.570)
(-) Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	(840)	(775)
<b>Receita líquida</b>	<b>121.921</b>	<b>119.846</b>

### 20 Custo do serviço de energia elétrica

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Energia elétrica comprada para revenda	(38)	(49)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(7.683)	(6.663)
Custo de operação (a)	(73.059)	(58.721)
	<b>(80.780)</b>	<b>(65.433)</b>

### (a) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(2.945)	(3.116)
Manutenções	(2.784)	(871)
Materiais e serviços de terceiros (i)	(33.069)	(21.442)
Seguro Custo	(22)	
Amortizações - direito de uso	(166)	(203)
Depreciações e amortizações	(34.073)	(33.089)
	<b>(73.059)</b>	<b>(58.721)</b>

(i) Em 2023, a prestação de serviços de operação e manutenção dos parques realizada por um terceiro tinha um escopo de trabalho limitado em relação as atividades de campo, pois muitas demandas adicionais necessárias para manter o parque em operação eram realizadas por equipe interna do Grupo. Em 2024, houve uma mudança na gestão e operação das atividades de campo em linha com as estratégias do novo acionista que adquiriu a Chapada Branca (nota 1.3 (a)), nesse sentido, houve a substituição do terceiro responsável pela prestação de serviço de operação e manutenção dos parques, o qual passou a assumir um escopo mais abrangente envolvendo as atividades de campo e gestão de suprimentos, impactando assim em aumento dos custos dos serviços prestados.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 21 Despesas gerais e administrativas e outros ganhos (perdas), líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(376)	(454)	(3.270)	(2.129)
Aluguéis			(41)	(25)
Seguros			(2.338)	(2.096)
Comunicações			(127)	(99)
Viagens	(1)		(181)	(150)
Despesas tributárias	(68)		(667)	(94)
Projetos sociais				(562)
Outras despesas operacionais	(47)	(47)	(864)	(632)
Despesas compartilhadas			(4.480)	(5.303)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	200		(15.915)	(13.686)
	<b>(292)</b>	<b>(501)</b>	<b>(27.883)</b>	<b>(24.776)</b>

(i) A rubrica "Outros ganhos (perdas), líquido" é composta principalmente pela baixa de ativos imobilizados e por outras receitas.

### 22 Resultado financeiro

#### Política contábil

#### Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre debêntures e financiamento são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem preponderantemente os valores de atualizações financeiras e fianças bancárias.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	9.367	6.847	10.799	16.104
(-) Pis/COFINS sobre receitas financeiras	(2.730)	(1.872)	(2.730)	(1.872)
Juros sobre cessão de recebíveis (nota 10)	49.196	33.275		
Variações cambiais			743	
Outras receitas financeiras	145	133	210	172
	<b>55.978</b>	<b>38.383</b>	<b>9.022</b>	<b>14.404</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros debêntures e financiamento	(40.973)	(43.934)	(40.973)	(43.934)
Atualização monetária sobre debêntures e financiamento	(8.321)	(9.352)	(8.321)	(9.352)
Amortização de custos de emissão de debêntures e financiamento	(573)	(711)	(573)	(711)
Fianças bancária	(4.081)	(2.971)	(4.270)	(3.011)
Atualização financeira passivo de arrendamento			(27)	(51)
Atualização financeira de desmobilização			(734)	(668)
Atualização financeira de ressarcimento (i)			(4.200)	(4.004)
Outras despesas financeiras	(228)	(495)	(941)	(1.148)
	<b>(54.176)</b>	<b>(57.463)</b>	<b>(60.039)</b>	<b>(62.879)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>1.802</b>	<b>(19.080)</b>	<b>(51.017)</b>	<b>(48.475)</b>

(i) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS.

## 23 Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A Companhia não possui impostos diferidos ativos registrados no balanço dado a incerteza da recuperabilidade, pois não há uma previsão de lucros tributáveis futuros, e conseqüentemente, um "valuation allowance" é reconhecido para anular o efeito no balanço.

# Chapada do Piauí I Holding S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste último regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

### Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo contábil antes dos impostos	(42.190)	(25.232)	(37.759)	(18.838)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros</b>	<b>14.345</b>	<b>8.579</b>	<b>12.838</b>	<b>6.405</b>
Despesas permanentes não dedutíveis	48	45	48	45
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído		(6.702)		(6.702)
Resultado de equivalência patrimonial	(14.752)	(1.922)		
Utilização de prejuízos fiscais	108		108	
Redutor adicional de 10%	24		24	
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido			(17.676)	(6.142)
<b>Encargo fiscal</b>	<b>(227)</b>		<b>(4.658)</b>	<b>(6.394)</b>
Corrente	(227)		(5.087)	(6.703)
Diferido			429	309
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(227)</b>		<b>(4.658)</b>	<b>(6.394)</b>

## 24 Compromissos

	Consolidado			Total
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Arrendamento de terrenos (i)	1.820	13.200	56.046	71.066
Contrato de manutenção (ii)	27.095	138.015	163.919	329.029
Contrato de transmissão (iii)	7.276	41.254	52.258	100.788
	<b>36.191</b>	<b>192.469</b>	<b>272.223</b>	<b>500.883</b>

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) **Arrendamento de terrenos**

Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos.

Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados faturamento. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem do faturamento são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

(ii) **Contrato de manutenção**

Contratos firmados com o fornecedor especializado em manutenção de aerogeradores de cada parque eólico para manutenção.

(iii) **Contrato de transmissão**

São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico.

#### 25 **Atividade de investimento não envolvendo caixa**

A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos do Grupo.

De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

	<b>Consolidado</b>	
<b>Principal transação que não afeta o caixa</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo	18.027	12.359
<b>Em atividades de investimentos</b>	<b>15.754</b>	<b>12.359</b>

#### 26 **Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes com valor em risco em montante equivalente ao valor total dos ativos e lucros estimados para o período de 12 meses, e limite máximo de indenização de R\$ 428.435 e o seguro de responsabilidade civil com limite máximo de indenização de R\$ 70.000. Cabe salientar que as apólices dos respectivos seguros são compartilhadas entre acionistas, controladas e coligadas da Companhia.

A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas (não auditado pela auditoria).

## Chapada do Piauí I Holding S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 27 Eventos subsequentes

Em 05 de fevereiro de 2025, a Companhia integralizou capital em suas controladas conforme segue:

<b>Controladas</b>	<b>R\$</b>
Ventos de Santa Joana IX	2.000
Ventos de Santa Joana X	500
Ventos de Santa Joana XI	1.000
Ventos de Santa Joana XII	500
Ventos de Santa Joana XV	1.500
<b>Total</b>	<b>5.500</b>

\* \* \*